

REQUERIMENTO

NOVA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ANGRA DO HEROÍSMO

Por volta dos meados da década de 50 do passado século, foi instalada no Palácio Bettencourt, sito nas Traseiras da Sé Catedral de Angra, um imóvel classificado de interesse arquitectónico, a Biblioteca Pública, que com o Arquivo, constituíram e constituem a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, um dos três serviços públicos da Região com a responsabilidade de recepção, organização e disponibilização ao público interessado dos livros, das revistas, dos jornais e da documentação histórica.

Ao longo de décadas, a BPAAH foi recebendo milhares e milhares de livros, revistas e outras publicações, o que ainda mais se acentuou com a obtenção do estatuto de Depósito Legal, no ano de 1979, que lhe permitiu e permite receber gratuitamente todos os livros e publicações editadas em Portugal, que representa um benefício enorme para esta instituição.

Também ao longo da sua existência, o Arquivo recebeu arquivos privados e públicos, como sejam, neste caso, os processos judiciais, documentos do registo civil e do notariado (as chamadas incorporações obrigatórias), toneladas de documentação histórica, distribuída por 437 Fundos Orgânicos e 5 Coleções, que constituem um dos mais ricos acervos documentais de instituições portuguesas desta natureza.

Entretanto, já na década de 80, para se ultrapassar a dificuldade da falta de espaço, que já começava a fazer-se sentir, o Governo Regional adquiriu imóveis contíguos ao Palácio Bettencourt e fez importantes obras

de ampliação do actual edifício sede da BPAAH, que possibilitaram outra capacidade de resposta às necessidades de espaço, não só para a área do livro, bem como, do arquivo e de toda a documentação histórica.

Nos meados dos anos 90, o Governo Regional decidiu destinar a residência dos Corte-Reais, imóvel classificado de interesse arquitectónico e histórico, sediado também no Centro da Cidade, que tinha sido adquirido pela Região para a instalação do Serviço Regional de Estatística dos Açores, para nele se efectuarem as necessárias obras de conservação, adaptação e ampliação com vista a ser a nova sede da Biblioteca Pública, ou seja, o núcleo bibliográfico, separando-se fisicamente do núcleo do Arquivo, que manter-se-á no actual edifício da BPAAH.

É então previsível que até aos finais da década passada, o programa funcional e os indispensáveis projectos estariam elaborados e aprovados, assim como o concurso público para a empreitada destas obras, por forma a que no início da presente década, a obra arrancasse em pleno e ficasse concluída nos anos de 2002/2003.

A BPAAH tem actualmente mais de 200.000 livros e todos os meses, por via do depósito legal, recebe uma média de 1.200 exemplares, o que corresponde a quase 15.000 livros por ano.

Quanto a revistas e outras publicações, os montantes aproximam-se dos valores indicados, para não falar das centenas de encadernações de jornais, Diários do Governo, e referentes às últimas décadas, de Diários da República e Jornais Oficiais da Região Autónoma dos Açores.

O actual edifício da BPAAH tem cerca de 7.000 metros lineares (7 Kms) de estantes, sendo 2.541 metros com documentação histórica e os restantes com livros, revistas e outras publicações, e bem 1/3 do espólio

documental não está em estantes por falta de espaço, tal como acontece com publicações encaixotadas, por total inexistência de espaços disponíveis.

Com estes dados, sumariamente apresentados, encontramos razões mais que suficientes para a total urgência e prioridade na construção da nova Biblioteca Pública de Angra.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, solicitamos ao Governo Regional, os seguintes esclarecimentos:

1º Tendo sido uma promessa eleitoral, insistentemente anunciada pelo Partido Socialista nas campanhas eleitorais para as Eleições Regionais verificadas nos anos de 1996 e 2000 a realização deste empreendimento, que consta dos sucessivos Planos Anuais de Investimento e do actual Plano a Médio Prazo 2001-2004, quais as razões concretas deste prolongado adiamento, no arranque e concretização desta obra?

2º Como explica o Governo Regional, quase 6 anos depois de ter assumido a governação dos Açores, para um investimento cultural que o próprio Partido Socialista, ainda na oposição, considerava prioritário, se tenha ficado apenas, pela elaboração do programa funcional e aquisição de imóveis e parcelas de terreno contíguos à Residência dos Corte-Reais, casa vez mais em ruínas, e nem tão pouco o projecto foi feito?

3º Quando se prevê o novo lançamento do concurso para a elaboração do projecto e consequente concurso público para a adjudicação da empreitada para a construção da obra?

4º Para obviar o excessivo atraso verificado e a premência duma nova Biblioteca Pública, a todos os níveis, falta de espaço, melhores condições para a organização e preservação dos livros, para o atendimento dos

leitores e investigadores, melhor comodidade para o trabalho dos seus profissionais, não será de encarar a possibilidade de se avançar para a modalidade de concursar a concepção e execução do empreendimento simultaneamente, metodologia já utilizada na Região e com suporte legal para o efeito?

5º No fundo, quando se prevê que a Ilha Terceira e a BPAAH tenha realmente o novo edifício para a sua Biblioteca Pública, assumindo o Governo a sua obrigação de satisfazer esta necessidade imperiosa e dar cumprimento a uma promessa política?

Com os melhores cumprimentos.

Os Deputados Regionais, Bento Barcelos, Clélio Meneses e Raúl Rego